

2 **Construção civil: Juntos contra os ataques às condições de trabalho!**

3 **Iniciativa No Billag: Um perigo para a nossa democracia**

4 **Projecto Portugal e Operación España: Formação importante para trabalhadores da construção civil.**

Nr. 1 | Fevereiro 2018 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch



As mulheres exigem igualdade salarial, como diz a constituição

Congresso das mulheres da USS 2018

Reivindicação ao Parlamento: igualdade salarial

Cerca de 240 delegadas da comissão de mulheres da União de Sindicatos Suíços (USS) realizaram o seu 13.º Congresso em Berna nos dias 19 e 20 de Janeiro de 2018, dedicado ao tema «O nosso tempo vale mais!». Por esta ocasião reivindicaram horários de trabalho mais curtos, trabalho melhor e equitativamente remunerado.

Embora o princípio de «salário igual para trabalho igual» esteja consagrado na Constituição há 37 anos, as mulheres na Suíça continuam a ganhar menos do que os homens. A lei relativa à igualdade entre homens e mulheres entrou em vigor há 22 anos. Já é tempo de ser implementada!

O Parlamento tem de agir

No primeiro dia do congresso, mais de duzentas mulheres e alguns homens solidários realizaram uma acção espontânea na Theaterplatz, em Berna, para exigir do Parlamento que consagre, na revisão da Lei sobre a igualdade entre os géneros, medidas efectivas que visem a implementação da Lei. As mulheres da USS esperam que o Parlamento dê passos mais corajosos neste sentido. A Constituição deve ser finalmente respeitada, é necessário «Igualdade salarial. Ponto. Basta».

Fiscalização e colaboração dos sindicatos

O governo federal deve controlar se as empresas efectuam correctamente as suas análises salariais e cumprem com a igualdade salarial. As empresas que discriminem mulheres devem ser sancionadas por lei. E os sindicatos devem poder contribuir para a implementação da igualdade salarial, criando uma comissão tripartida a nível federal.

Ramo de cuidados de saúde e assistência

Além disso, as sindicalistas também se centraram nos temas do ramo de cuidados de saúde e assistência e de tempo de trabalho. Criticaram o facto de os empregadores quererem mulheres enquanto trabalhadoras qualificadas, mas colocarem ao mesmo tempo em risco as ofertas de cuidados públicos (p. ex., assistência e cuidados de saúde)

para pouparem dinheiro. A socióloga Sarah Schilliger mostrou na sua intervenção como as mulheres tentam colmatar as falhas: aceitam trabalhar com uma carga horária reduzida. Mas ficam sujeitas a condições de segurança social piores em caso de divórcio ou, mais tarde, na idade da reforma.

Reivindicações do congresso das mulheres da USS

Bons cuidados médicos e de assistência para crianças, idosos e doentes requerem tempo, recursos financeiros suficientes e condições de trabalho adequadas. Por isso, as mulheres da USS exigiram numa resolução que o trabalho remunerado de assistência e cuidados de saúde passe a fazer parte do serviço público e, como tal, seja acessível a todos, tenha alta qualidade e disponha de financiamento público adequado. As relações laborais das trabalhadoras deste ramo que residam em casa de famílias privadas devem ser submetidas à Lei do Trabalho, para evitar a sua precarização. O trabalho de cuidados não remunerado deve ser reconhecido como trabalho e como tal ser considerado pela segurança social.

Melhor distribuição do trabalho

As mulheres da USS exigiram ainda que o trabalho remunerado e não remunerado seja melhor distribuído entre mulheres e homens. Isto requer horários de trabalho mais curtos. A Suécia aproxima-se desse objectivo com projectos-piloto, como Elinor Odeberg, do sindicato sueco Kommunal, explicou na sua intervenção. As mulheres da USS querem, a longo prazo, uma semana de trabalho de 35 horas. A curto prazo, no entanto, há que combater com firmeza os ataques à lei laboral, o aumento das horas de trabalho, bem como as tentativas de acabar com a delimitação do tempo de trabalho (abolição do registo de horas e aumento do trabalho nocturno e ao domingo). Além disso, as mulheres exigem horários de trabalho adequados à vida familiar e planeáveis.

Osman Osmani

Editorial



Estimadas leitoras, estimados leitores

Também este ano o sindicato Unia enfrenta grandes desafios, que temos de encarar juntos. No centro estão a igualdade salarial, mais protecção para os trabalhadores, bem como importantes negociações de contratos colectivos de trabalho (CCT).

2018 será um ano importante para a igualdade entre homens e mulheres. Finalmente tem de ser garantido que, no futuro, os patrões cumpram a igualdade salarial, como ordena a constituição há quase 40 anos. Mas os partidos da direita e os empregadores resistem com veemência contra quaisquer medidas que melhorem a lei. Com uma grande manifestação nacional no Outono queremos fazer pressão – igualdade salarial, já!

No sector da construção, os empregadores recusam aumentos salariais, querem que as horas de trabalho passem para 50 horas por semana e atacam o acordo social e progressista para a reforma antecipada aos 60 anos. Queremos defender-nos contra este ataque com uma manifestação nacional em Junho e, se necessário, com greves. Nas negociações do CCT da indústria, lutamos para obter salários mínimos mais altos e lutamos contra o plano dos empregadores de prolongar e flexibilizar os horários de trabalho.

Os políticos de direita e os patrões atacam em força e utilizam o argumento do processo de digitalização para piorarem as condições de trabalho. Eles atacam os nossos principais CCT e a lei de trabalho e recusam salários justos para as mulheres. Na realidade, aquilo de que precisamos é mais justiça social e mais protecção para os trabalhadores perante as consequências da digitalização e da globalização. Juntos lutamos por isso!

Corinne Schärer, membro do comité director do Unia

Notícias breves

Pessoal da ABB exige novas negociações

O pessoal da ABB Sécheron, em Genebra, reivindica à direcção da empresa novas negociações sobre a deslocalização da produção para a Polónia. Foram incluídas algumas propostas de melhoramento, elaboradas pelos cerca de 100 trabalhadores, nomeadamente durante uma consulta colectiva de seis dias, que teve lugar em Novembro. Por causa da pressão exercida pelos trabalhadores, o período de tempo durante o qual a deslocalização deve ocorrer será prolongado para 24 meses. Isto significa que não haverá despedimentos em 2018, contrariamente aos planos iniciais. No entanto, a resposta da empresa durante o processo de consulta ficou aquém das expectativas dos trabalhadores.



Vitória para os grevistas em Rennaz

Os trabalhadores em greve, desde 18.12.2017, no estaleiro do hospital de Riviera-Chablais, em Rennaz (VD) tiveram sucesso. Juntamente com o Unia, conseguiram o pagamento do subsídio de almoço no montante de, pelo menos, 30000 francos e a manutenção dos seus postos de trabalho até Março de 2018. Com o sucesso da greve, os trabalhadores recuperaram o seu dinheiro e preservaram a sua dignidade.



FAIRLOG: nova aliança sindical para o sector de transportes e logística

É urgente melhorar as condições de trabalho no sector dos transportes rodoviários de mercadorias e de logística. A resposta dos sindicatos chama-se FAIRLOG e significa formação profissional bem concebida e oportunidades de formação contínua. Também é fundamental que as disposições de protecção em vigor na Suíça não sejam enfraquecidas. Regulamentos como o limite de 40 toneladas, a proibição de circular à noite e ao domingo, a proibição de cabotagem e o princípio de salários suíços nas estradas suíças devem ser salvaguardados no interesse dos trabalhadores.



Petição à Zalando por condições de trabalho dignas

O pessoal que trabalha para a Zalando na Suíça está sujeita a condições de trabalho miseráveis: salários à hora baixos, trabalho sob chamada, contratos temporários e grande pressão de tempo fazem, infelizmente, parte do quotidiano. É por isso que o Unia lançou uma petição exigindo que a Zalando Suíça garanta aos seus fornecedores condições de trabalho dignas e um salário de, pelo menos, CHF 22 à hora!

Troca automática de informações Declaração espontânea possível em alguns cantões

A troca automática de informações será efectuada pela primeira vez este ano no Outono. Dados relevantes para fins fiscais são enviados a 38 países – e, em troca, recebidos destes. Nos próximos anos, o número de países que participa nesta troca vai aumentar. O que significa isto para imigrantes na Suíça?

Cada vez mais países trocam entre si, automaticamente, dados fiscais sobre seguros e contas bancárias de pessoas que vivem no estrangeiro. «Automaticamente» significa que as autoridades fiscais recolhem e enviam estes dados a outros países, sem que isso lhes tenha sido expressamente pedido. As autoridades fiscais suíças vão receber informações sobre rendimentos e bens que contribuintes suíços têm no estrangeiro.

Consequências para os contribuintes na Suíça

De acordo com a lei, os contribuintes suíços (ou seja, as pessoas que vivem na Suíça) têm de incluir na sua declaração de impostos todos os rendimentos, bens e dívidas que tenham, incluindo tudo o que têm no estrangeiro. Mas muitos contribuintes, sobretudo migrantes, não sabiam isto e nunca declararam estes valores. Muitos pagam impostos no seu próprio país e estavam convencidos que cumpriam com as suas obrigações fiscais. Na realidade, se existe um acordo para evitar a dupla tributação, não têm de pagar impostos sobre rendimentos e imóveis que tenham no estrangeiro. Estes são, no entanto, tidos em conta para o cálculo da taxa de imposto a aplicar aos valores da Suíça.

O que fazer se não se declarou nada?

Quem nada declarou cometeu, segundo a lei suíça, evasão fiscal. Mas a lei fiscal suíça prevê a possibilidade de os contribuintes declararem os valores em falta. Para isso, deverão declarar por sua própria iniciativa os valores omitidos nos últimos dez anos. Terão depois de repor os impostos que ficaram em falta nos últimos dez anos, acrescidos de juros de mora. Mas não ficam sujeitos a multa nem a consequências penais. O prazo para a declaração espontânea é estipulado pelos cantões e ainda é possível em alguns cantões (ver a caixa).

Em qualquer caso, é claro: assim que as autoridades fiscais tenham acesso aos dados do contribuinte, a declaração espontânea impune já não é possível. Portanto, quem tiver valores não declarados ao fisco já não o pode fazer em alguns casos ou não tem muito tempo para o fazer.

Troca de informações com outros países

Em 2018 entram em vigor acordos de troca automática de informações com outros países: Argentina, Brasil, Liechten-

tein, Nova Zelândia, entre muitos outros. Encontra a lista completa aqui: <http://bit.ly/2Bztn2M>. A possibilidade de declaração espontânea de dados fiscais que estejam nestes países também fica limitada.

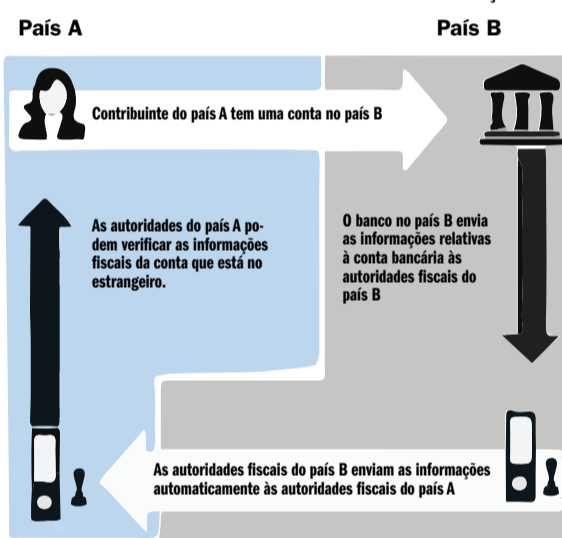
O sindicato Unia ajuda em caso de dúvidas. Pergunte no seu secretariado ou a migration@unia.ch.

Marília Mendes

Declaração espontânea: prazos

Alguns, poucos, cantões aceitam a declaração espontânea até o funcionário do fisco descobrir os valores não declarados. Em relação à troca automática de informações que entrou em vigor em 2017, alguns cantões já não aceitam declarações espontâneas, outros não informam claramente – para ter a certeza, informe-se no cantão. Os seguintes cantões, por seu lado, aceitam uma declaração espontânea sem consequências até 30.09.2018: Appenzell Interior, Appenzell Exterior, Berna, Basileia-Campo, Basileia-Cidade, Glarus, Grisões, Lucerna, Obwald, St. Gallen, Schaffhausen, Soleura, Turgóvia, Ticino, Vaud, Valais, Zugo e Zurique.

Assim funciona a troca automática de informações



Construção civil Ataque às condições de trabalho

A situação na construção civil é grave. O contrato nacional de trabalho (CNT) expira no final do ano e tem de ser renegociado. Em vez de levar a sério as reivindicações dos trabalhadores, a Sociedade de Empresários da Construção Civil (SSEC) planeia um ataque radical às condições de trabalho. Exigem cortes drásticos na reforma antecipada e tempo de trabalho mais longo por menos salário. Isso mostra que em 2018 tudo está em jogo na construção civil.

Os números mostram que o sector da construção civil continua bem. Graças aos trabalhadores, as empresas obtêm enormes lucros. O trabalho no ramo é cada vez mais difícil e o stresse aumenta. Em vez de reconhecer isso, a Sociedade de Empresários da Construção recusa um aumento salarial há anos.

Os patrões querem piores condições de trabalho

E não só isso: o presidente da SSEC, Gian-Luca Lardi, exige o desmantelamento maciço do CNT. No novo

CNT, quer salários mais baixos para trabalhadores recém-formados, cortes salariais para os trabalhadores mais velhos por «falta de desempenho» e semana de 50 horas para todos. E põe em questão a idade da reforma aos 60 anos. Querem idade da reforma aos 62 anos ou redução de 30% nas pensões!

Unidos e prontos para a luta

Em 2018 está tudo em jogo na construção civil. Não pretendemos apenas rechaçar os ataques dos construtores civis e defender o CNT existente, que-

remos alcançar melhorias indispensáveis. Para isso, precisamos de todos! A 24 de Fevereiro, os trabalhadores da construção civil de toda a Suíça reúnem-se em Olten na Conferência profissional do sector para lançar a nossa campanha conjunta. Podemos contar contigo?

Podes inscrever-te para a conferência profissional na tua região ou através de bau@unia.ch

Lena Frank



Os trabalhadores da construção civil lutam contra os ataques às condições laborais

Lei sobre a nacionalidade suíça

Novas disposições para a naturalização

A 1 de Janeiro de 2018 entrou em vigor a nova Lei sobre a nacionalidade, com novas disposições para a naturalização de estrangeiros na Suíça. Um dos critérios é a integração.

Uma melhoria é a redução do tempo mínimo de permanência na Suíça, que passa a ser de dez anos. Por outro lado, a obrigatoriedade de frequentar a escola implica também a participação nas aulas de natação, que passaram a ser obrigatórias em todos os cantões da Suíça alemã.

Novas regras mais estritas

- É exigida uma autorização de residência permanente C;
- Critérios de integração: cumprimento de regras de segurança e ordem, respeito dos valores da Constituição Federal, participação na vida económica (i.e. trabalhar) ou estar em formação;
- Domínio oral e escrito da língua da região;
- Os anos de residência na Suíça entre o 8.º e o 18.º ano de vida contam a dobrar;
- O tempo com uma autorização F só conta em metade;
- O auxílio social representa agora um obstáculo. Só pode ser superado se o montante recebido for reembolsado até três anos antes da apresentação do pedido de naturalização.
- Os estrangeiros delinquentes só poderão apresentar o pedido de naturalização após a eliminação da pena no registo criminal.

Naturalização simplificada para a terceira geração

A partir de 15 de Fevereiro, jovens estrangeiros da terceira geração, cujas famílias vivam na Suíça há várias gerações e

que estejam bem integrados, podem naturalizar-se mediante procedimento simplificado. Para isso, um dos progenitores tem de ter residido na Suíça durante, no mínimo, dez anos, frequentado aqui o ensino obrigatório durante cinco anos e adquirido um permis C; um dos avós deve ter tido autorização de estadia na Suíça ou ter nascido aqui.

Osman Osmani



Os migrantes fazem parte da Suíça, deverão poder participar les

Mais protecção para o pessoal das lojas das estações de serviço

Melhorias consideráveis graças ao CCT

O Conselho Federal declarou a força obrigatória geral do contrato colectivo de trabalho (CCT) das lojas das estações de serviço. A partir de 1 de Fevereiro de 2018 entram em vigor os salários mínimos e outras normas vinculativas para cerca de 13 000 trabalhadores

O novo CCT salvaguarda e melhora as condições de trabalho dos trabalhadores do ramo. Além de estabelecer salários mínimos, o CCT também regula, designadamente, o horário de trabalho e garante uma série de prestações sociais, como licença de paternidade e subsídios em caso de doença ou de maternidade.

Ticino parcialmente excluído

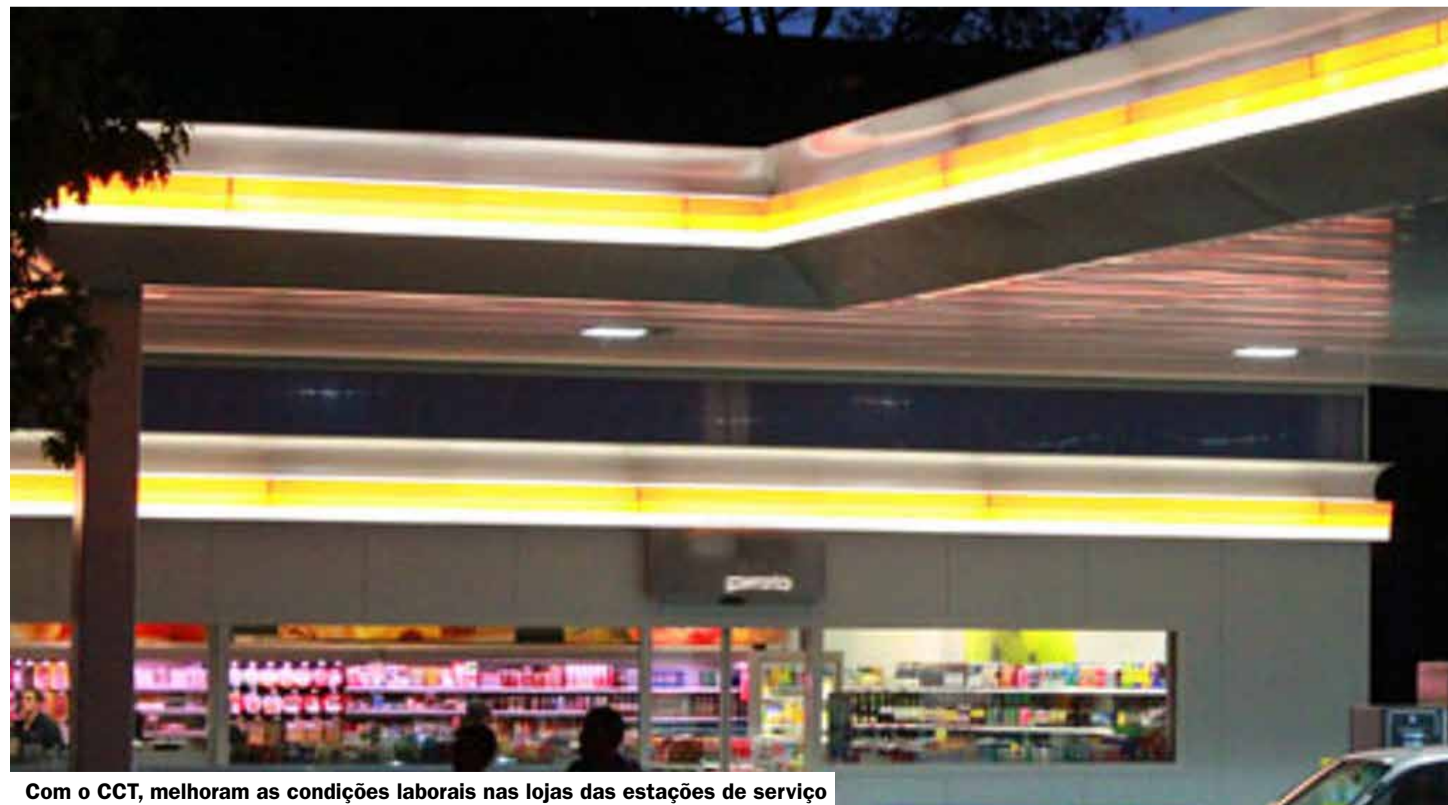
O CCT aplica-se também aos trabalhadores das lojas das estações de serviço do Ticino, com excepção das disposições

relativas ao salário mínimo. Isto apesar de os trabalhadores do Ticino serem particularmente afectados pelo dumping salarial. O Unia lamenta a decisão do Conselho Federal a este respeito e envidará esforços para encontrar, com as outras partes contratantes, uma solução para o Ticino.

Uma estreia no comércio a retalho

As negociações do CCT para o pessoal das lojas das estações de serviço foram concluídas com êxito em Novembro de 2015. Os parceiros sociais aguardavam, desde então, a decisão das autoridades federais. Este CCT é o primeiro CCT vinculativo, a nível nacional, no ramo do comércio a retalho. Informações detalhadas sobre o novo CCT, tais como salários mínimos vigentes nos vários cantões, novos regulamentos de férias, feriados e horários de trabalho, etc., podem ser solicitados ao Unia.

Maria Montaña Martin Burdalo



Com o CCT, melhoram as condições laborais nas lojas das estações de serviço

Entrevista

Sascha Hardegger

NÃO ao ataque à democracia – NÃO a No Billag!

A 4 de Março os eleitores suíços irão votar a iniciativa «No Billag». Esta iniciativa teria consequências desastrosas para os meios de comunicação públicos, atingindo também os migrantes. O Horizonte falou com Sascha Hardegger, o novo chefe do departamento «Campanhas e comunicação» do Unia.

Sascha, o que é a iniciativa «No Billag»?

O objectivo da iniciativa é a completa destruição dos serviços públicos na área da comunicação social – o que representa um ataque directo à nossa democracia. O Unia diz «não» a No Billag e empenha-se assim pela preservação dos meios de comunicação sociais públicos, pela coesão das diferentes zonas linguísticas bem como pela liberdade de informação. Uma democracia viva necessita de meios de comunicação sociais independentes, eles são um dos seus pilares.

O que deixará de haver se a iniciativa for aprovada?

Muitas estações de rádio e de televisão locais entrariam em falência e todos os programas da SRG/SSR desapareceriam. Para a Suíça italiana, a Suíça francófona e os falantes de romanche, um sim à iniciativa significaria literalmente o fim da emissão.

Os iniciantes dizem que se trata só das taxas, de Billag, que os meios de comunicação públicos se manterão.

Isso não é correcto. A iniciativa não é só um «não» revoltado contra as taxas de televisão e rádio, como os iniciantes querem fazer crer. As suas consequências são muito mais vastas. Sem estas taxas, o panorama dos meios de comunicação tornar-se-á muito mais pobre, e com ele a nossa democracia.

Mas haveria meios de comunicação privados. Que diferença faz se são públicos ou privados?

Só os meios públicos têm a obrigação de prestar um serviço público, comunicar de forma neutra e dar espaço a pluralismo. Para uma democracia viva isto é fundamental. Sem eles só teríamos – dito simplisticamente – televisão tipo a de Blocher. Porque quem tem dinheiro, pode difundir e comprar opiniões. Pessoas com muito dinheiro e influência controlariam o mundo da comunicação social e teriam grande influência sobre a opinião pública. Isto teria consequências políticas graves. E não nos esqueçamos: no futuro teríamos de pagar muito mais para termos acesso a informação independente.

O que aconteceria aos trabalhadores destes meios de comunicação?

Os trabalhadores da SRG/SSR, das emissoras locais de rádio e televisão, bem como as suas famílias, seriam os grandes perdedores. 14 000 postos de trabalho estão em perigo. E as regiões periféricas seriam atingidas. As condições de trabalho, bem como as possibilidades de encontrar trabalho, tornar-se-iam muito mais difíceis para todos os que trabalham neste ramo. Mas em perigo não estão só as condições de trabalho e de vida destes trabalhadores, também músicos, realizadores de cinema e outras pessoas da área da cultura seriam atingidas.

Muitos migrantes contactam sobretudo com meios de comunicação do seu país de origem. Eles não seriam atingidos pela iniciativa, pois não?

Todos são atingidos pela iniciativa. Por um lado, meios de comunicação independentes e pluralismo são centrais para que a democracia funcione. E os migrantes são parte da sociedade. Por outro lado, muitos rádios locais, estou a pensar, como exemplo, no Radio Lora em Zurique ou Rabe em Berna, têm programas específicos de e para migrantes, na sua língua materna. E Swissinfo presta informação em dez línguas – incluindo português e espanhol. Tudo isto desapareceria se a iniciativa fosse aceite.

Marília Mendes

Construção civil:

Projecto Portugal/Operación España

Os cursos do Projecto Portugal e Operación España, do Parifonds, dão a trabalhadores da construção portugueses e espanhóis a trabalhar na Suíça a possibilidade de fazerem, no seu país e na sua língua, uma formação reconhecida no ramo. Por ocasião da visita técnica aos cursos, em Janeiro de 2018, o Horizonte falou com o diretor técnico do projecto, Marco Gervasi, do centro de formação da construção civil em Sursee.

Senhor Gervasi, como surgiu a ideia destes cursos?

Nos anos 1980 houve um boom na construção e havia muita necessidade de mão-de-obra qualificada. Mas era difícil dar formação aos trabalhadores. No Verão, era impossível, é a altura de mais trabalho. No Inverno, a maioria dos trabalhadores estrangeiros regressavam ao seu país porque eram saisonniers e tinham de sair da Suíça. Então surgiu a ideia de levar a formação aos trabalhadores, aos seus próprios países.

A ideia foi bem recebida?

Portugal reagiu muito bem. Os cursos começaram aqui em 1982. Espanha também, os cursos começaram em 1987. Todos os países envolvidos beneficiam de mão-de-obra qualificada, portanto todos só tinham a ganhar. Também por parte dos trabalhadores o interesse foi grande. Nos primeiros anos, todos os anos tínhamos cerca de 100 formandos. Em comparação: este ano há cerca de 44. Mas há que ter em conta que na altura havia uns 180 000 trabalhadores da construção, agora são uns 80 000.

Quando entrou para o projecto?

Assumi a direção técnica em 1994. Desde então, a minha preocupação tem sido manter os cursos tecnicamente actualizados e manter a qualidade. E tenho tido o cuidado de verificar se aquilo que os formandos aprendem corresponde ao que é exigido nas obras.



... e inspeccionando os trabalhos em Avioso, no Porto



Marco Gervasi (à frente, à esquerda) com alunos e responsáveis no centro de formação em Santiago...

Tem notado diferenças ao longo dos anos?

Sem dúvida. A qualidade dos trabalhos tem melhorado continuamente. Por um lado, os trabalhadores sabem que cada vez se exige mais trabalho de qualidade e esforçam-se por corresponder a esta condição. Mas a culpa também é minha: sou muito exigente no que toca à qualidade. O trabalho tem de ser feito com cuidado e precisão. Só assim se poderá satisfazer as crescentes necessidades do ramo.

Acha importante que estes cursos continuem?

Estou absolutamente convencido disso. Para os trabalhadores é uma oportunidade única de se qualificarem. E o sector ainda tem necessidade de mão-de-obra especializada. Na Suíça poucos querem trabalhar no ramo, precisamos dos trabalhadores estrangeiros.

Gosta do trabalho neste projeto?

Muito! É um grande enriquecimento da minha vida profissional. Gosto muito de viajar e sou muito curioso. E dá-me um prazer enorme conhecer pessoas com outras línguas e outras culturas. Por isso, para mim, acompanhar este projecto é fantástico.

Quer deixar uma mensagem para os trabalhadores portugueses e espanhóis?

Aproveitem esta oportunidade para se formarem e melhorarem a vossa situação profissional. Não há forma mais simples e mais barata de fazerem formação.

Marília Mendes

Pergunte, que nós respondemos

Subsídio de desemprego: a Caixa enganou-se – agora tenho de pagar?

Sou estrangeira e até 2016 estudei na Universidade de Zurique. Depois de concluir os estudos, não encontrei emprego imediatamente, por essa razão inscrevi-me no Fundo de Desemprego e recebi o subsídio de desemprego. Agora recebi uma ordem. O Fundo de Desemprego exige o reembolso de 3500 francos, alegando que eu ainda não resido na Suíça há 10 anos e, portanto, não tinha direito a subsídio de desemprego. Eles descaram isso na altura da análise do meu pedido. Estou novamente desempregada e não posso reembolsar esse dinheiro por muito que me esforce. O que posso fazer?

Markus Widmer: Apresente um pedido de dispensa de pagamento. Quando o Fundo de Desemprego examinou o seu caso, concedeu-lhe as prestações porque a senhora esteve a estudar e estava, por isso, isenta de pagar quotizações. No entanto, a condição prévia para usufruir desse direito seria pelo menos 10 anos de residência na Suíça. A ordem de reembolso está, portanto, correcta. Apesar disso, pode fazer um pedido de dispensa. Condição prévia para a sua aprovação é uma relação de boa-fé e uma situação de extrema gravidade. Partiu do princípio de que o Fundo de Desemprego tinha analisado o seu pedido correctamente e, por conseguinte, agiu de boa-fé. Para tal, terá de comprovar que vive em circunstâncias de precariedade financeira. Os serviços cantonais irão calcular os seus rendimentos e despesas de acordo com a Lei Federal de Prestações Complementares da AHV-AVS / IV-AI. Se não tiver rendimentos ou estes forem muito baixos, vive em situação de precariedade. Recomendamos que apresente um pedido de anulação de dívida. O Fundo de Desemprego poderá dar-lhe mais informações.

Adaptado de work de 1 de Dezembro de 2017

Salário em atraso: posso suspender o trabalho?

De acordo com o meu contrato de trabalho, o empregador deve pagar-me o salário no final do mês. Embora no ano passado já tenha recebido o ordenado várias vezes com atraso, o de Dezembro até hoje ainda não foi pago. Ouvi dizer que é possível deixar de trabalhar e continuar a ter direito ao salário. Isso é verdade?

Myriam Muff: Sim. Em princípio, nos termos da jurisprudência do Tribunal Federal o trabalho pode ser recusado se o empregador tem em atraso o pagamento do salário. A reivindicação salarial mantém-se sem que o trabalhador seja obrigado a prestar trabalho adicional. No entanto, há que ser prudente, quando se trata apenas de pequenas quantias (por exemplo, inferior a 200 francos). Neste caso, corre-se o risco de o tribunal não conceder o direito de recusar o trabalho posteriormente. Antes de suspender o trabalho, é importante que avise o empregador por escrito, pelo menos uma vez, e que lhe dê um prazo de três a cinco dias para fazer o pagamento. Também deve informar o empregador de que parará o trabalho após o prazo fixado.

Adaptado de work de 19 de Janeiro de 2018

Impressum: Beilage zu den Gewerkschaftszeitungen work, area, Événement syndical | **Herausgeber** Verlagsgesellschaft work AG, Zürich | **Chefredaktion:** Marie-José Kuhn; Événement syndical SA, Lausanne | **Chefredaktion:** Sylviane Herranz; Edizioni Sociali SA, Lugano | **Chefredaktion:** Gianfranco Helbling | **Redaktionskommission** O. Osmani, E. Sariaslan, D. Filipovic, M. Martin, M. Mendes | **Sprachverantwortlich** Marília Mendes | **Layout** I. Schmieder, Unia | **Druck** Ringier Print, Adligenswil | **Adresse** Unia Redaktion «Horizonte», Weltpoststrasse 20, 3000 Bern 15, osman.osmani@unia.ch
www.unia.ch

UNIA